



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

174
147

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 117775-5 - 31ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: RECIFE FAST FOOD LTDA
APELADA: INCORPORADORA SCIORTINO LTDA

EMENTA: APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NULIDADE DA SENTENÇA POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. CONTROVÉRSIA EFETIVAMENTE DIRIMIDA, AINDA QUE SUCINTAMENTE. PRELIMINAR REJEITADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. FALTA DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. MATÉRIA DE DIREITO. JUIZ COMO DESTINATÁRIO DA PROVA. SUFICIÊNCIA DAQUELAS JÁ PRODUZIDAS. PRELIMINAR REJEITADA. MÉRITO. CONTRATO DE LOCAÇÃO. FIANÇA PRESTADA POR PESSOA JURÍDICA. AUSÊNCIA DE ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL. INVALIDADE DA GARANTIA. RECURSO PROVIDO POR MAIORIA.

- Não há que se falar em falta de prestação jurisdicional se o juiz, ainda que sucintamente, dirime a controvérsia, apontando claramente as razões e fundamentos da sua decisão.

- O julgamento antecipado da lide sem a realização de todas as provas requeridas, desde que dos autos já constem elementos suficientes à formação do entendimento do juiz, não configura cerceamento de defesa, mormente quando a matéria posta a julgamento é puramente de direito.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

175

- De todo inválida a garantia prestada em nome de pessoa jurídica quando firmada por sócio cotista desprovido de poder de administração. Assim, age com desídia quem aceita pessoa jurídica como fiadora sem verificar se o subscritor possui poderes de representação, conforme contrato social.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **REJEITAR** as preliminares suscitadas, bem como em **DAR PROVIMENTO** ao recurso, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Recife,

30/11/09

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator para Acórdão



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 117775-5 -- RECIFE - PE
APELANTE: Recife Fast Food Ltda
APELADO: Incorporadora Sciortino Ltda
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Adoto o relatório de fls. 35 que faço a leitura:
Acrescento que sobreveio sentença que julgou improcedentes os embargos opostos condenando a embargante nas custas processuais e honorários advocatícios.

Interposição de recurso de apelação através das razões de fls. 41 a 52, alegando preliminares de nulidade da sentença recorrida por negativa de prestação jurisdicional e cerceamento de defesa, repetindo no mérito os mesmos argumentos da peça de bloqueio, pedindo o provimento do apelo.

Contra-razões à fls. 91/97.

É o relatório.

Ao douto revisor.

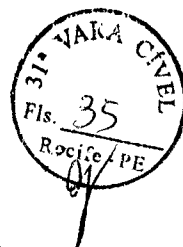
Recife, 14 de setembro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo

Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador relator



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário



177

Processo nº 001.2004.016158.8.

SENTENÇA - 190/2004

Vistos...

RECIFE FAST FOOD LTDA, devidamente qualificada no bojo destes autos, por intermédio de profissional legalmente habilitado, ofereceu EMBARGOS em ataque à **EXECUÇÃO** (por título extrajudicial) proposta pela **INCORPORADORA SCIORTINO LTDA**, também qualificado na peça inaugural, alegando, em suma, que consta o nome da embargante como fiadora no contrato de locação que alicerça o processo executivo, mas não foi assinado por pessoa com poderes para administrar a referida empresa.

A embargada não ofereceu impugnação, conforme notícia a certidão de fl.20.

Relatei.

Passo a motivar.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, ante a desnecessidade de audiência de instrução e julgamento.

Bem, creio que a embargante não tem razão.

Para começar, anoto que o contrato foi celebrado quando vigorava o CC/16, tendo em vista a regra do art.2044 do CC/02, de modo que será à luz do diploma anterior que o caso será analisado.

Pois bem. Realmente quem assina o contrato locatício em nome da empresa-embargante é **Josilda Pereira de Lima** (fl.08 - execução), a propósito, pessoa que, apesar de sócia, não tem poder para representar a mencionada sociedade. Basta atentar para o "instrumento particular de constituição de sociedade comercial" que instrui a peça introdutória dos embargos (fl.11).

Todavia, o Decreto n. 3.708/19 que tratava das sociedades limitadas, na época ainda não revogado, precisamente em seus arts. 10 e 11, demonstrava a **inaplicabilidade** da teoria "*Ultra Vires Societatis*", teoria esta no sentido de que a sociedade não deve ser responsabilizada por atos praticados em seu nome, mas estranhos aos seu objeto social. Ao contrário, deixa claro que dita sociedade responde, sim, na hipótese, por exemplo, de uma garantia dada por quem não tinha poderes para assinar pela empresa.

Sobre o assunto, veja-se: Sociedade comercial. Aval prestado pelo sócio. Proibição em cláusula contratual. Terceiro de boa-fé. Validade. O

146
149 B
178

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 117775-5 – RECIFE - PE
APELANTE: Recife Fast Food Ltda
APELADO: Incorporadora Sciortino Ltda
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Da preliminar de nulidade da sentença por negativa de prestação jurisdicional.

Suscita o apelante essa preliminar com a alegação de que requereu que fosse analisada a impossibilidade da suposta fiança prestada, tendo em vista ser necessária a assinatura dos dois sócios ou pelo menos do sócio gerente da empresa.

Entendo que essa preliminar se confunde com o mérito, visto que a sentença recorrida reconheceu que a fiança prevalece mesmo que somente assinada pela sócia que não tinha poderes para tal.

Não conheço, pois, da preliminar.
É como voto.

Da preliminar de cerceamento de defesa.

Alega a apelante a ocorrência de cerceamento de defesa, porquanto não lhe foi dada oportunidade de provar o alegado em audiência com o depoimento pessoal do preposto da embargada, ora apelada.


A matéria posta a julgamento não comporta dilação probatória em audiência, porquanto, a alegação central continua sendo a de que a sócia que assinou a fiança da locação, não tinha poderes para tal.

Rejeito a preliminar.
É como voto.

Mérito.

A alegação da embargante, ora apelante, é de que "o sócio Manoel Anelito de Menezes, nunca, jamais ou em tempo algum, celebrou qualquer contrato de locação onde figurasse a empresa Recife Fast Food como fiadora". E continua: "...mesmo que quisesse não poderia, afinal o próprio contrato social o impede...".

É fato incontroverso que Joseilda Pereira de Lima é sócia da empresa apelante que figura no contrato de locação como fiadora. O fato da mesma não ter poderes para tal finalidade, não pode ser oponível ao locador, que de boa fé aceitou a fiança pensando tratar-se de pessoa com poderes legais de representação da empresa.



179
150/3

A questão foi bem enfrentada na sentença e adoto o trecho que a seguir colaciono como fundamento de meu voto.

“...O Decreto nº 3.708/19 que tratava das sociedades limitadas, na época ainda não revogado, precisamente em seus arts. 10 e 11, demonstrava a inaplicabilidade da teoria “Ultra Vires Societatis”, teoria esta no sentido de que a sociedade não deve ser responsabilizada por atos praticados em seu nome, mas estranhos aos seu objeto social. Ao contrário, deixa claro que dita sociedade responde, sim, na hipótese, por exemplo, de uma garantia dada por quem não tinha poderes para assinar pela empresa.

Sobre o assunto, veja-se:

Sociedade comercial. Aval prestado pelo sócio. Proibição em cláusula contratual. Terceiro de boa-fé. Validade. O Aval prestado pelo sócio em nome de pessoa jurídica não a desobriga de responder perante terceiros de boa-fé, não obstante esteja consignada em cláusula contratual a proibição de utilizar-se de sua razão social para negócios estranhos à sociedade, cabendo-lhe, entretanto, o direito de regresso contra aquele” (TAMG, RT 688/158)”.

Mais:

“(…) Prevalece na jurisdição o entendimento segundo o qual as restrições contratuais sobre poderes de gerência não podem ser opostas a terceiros de boa-fé. Assim, escapa da ineficácia contrato firmado em nome de pessoa jurídica por quem não tinha, sozinho, poderes para contratar em seu nome, uma vez praticado o ato por titular aparente do direito, eis que, além de sumamente nocivo à rapidez com que devem realizar-se os negócios comerciais, é de fato impraticável exigir-se, em cada caso, de terceiros que examinem, nas Juntas Comerciais, os contratos ou estatutos das sociedades com que tratam” (TJSP, RT 643/95).

Resumindo, a tese da embargante não pode prevalecer em relação a terceiros de boa-fé, sendo eficaz a fiança e, portanto, devida a cobrança da dívida em face da executada ora embargante”.

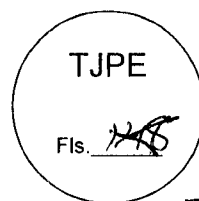
Conforme se vê, não vejo qualquer possibilidade de modificação do entendimento esposado na sentença recorrida, de modo que nego provimento ao apelo.

É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 117775-5 - 31ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: RECIFE FAST FOOD LTDA
APELADA: INCORPORADORA SCIORTINO LTDA

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de recurso interposto contra sentença (fls. 35/36) que julgou improcedentes os Embargos à Execução manejados pela Apelante, declarando eficaz a fiança por ela prestada em contrato de locação onde a Apelada figura como locadora.

Além disso, a Magistrada sentenciante condenou a demandante nos ônus da sucumbência, fixando a verba honorária em R\$ 600,00 (seiscentos reais), de acordo com o art. 20, §4º, do CPC.

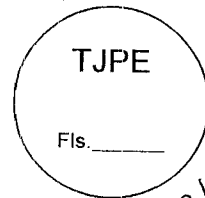
Em suas razões recursais (fls. 40/52), a Apelante aduz, preliminarmente, nulidade da sentença por negativa de prestação jurisdicional, pois a juíza de piso teria decidido "de forma sucinta, pouco elucidativa e sem enfrentar a vexata quaestio a ela dirigida através da peça de embargos".

Ainda em sede de preliminar, alega cerceamento de defesa, pela falta de "dilação probatória requerida tempestivamente".

1
CJM



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



No mérito, sustenta a ineficácia da fiança prestada no mencionado contrato, tendo em vista não haver sido assinada por seu representante legal, mas por sócio sem poderes para tanto.

Assim, pugna pela anulação da sentença, com retorno dos autos à primeira instância para a prolação de nova sentença, após a produção das provas requeridas, ou pela procedência dos Embargos, declarando-se a invalidade da fiança configuradora do título executivo.

Por seu turno, a Apelada pugna, em suma, pela manutenção da sentença por seus próprios fundamentos.

Sucintamente delineada a controvérsia, passo a decidir.

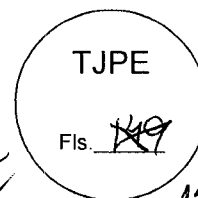
PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

De todo desarrazoada a preliminar sob exame, não havendo motivo para se dizer que "o juízo *a quo* ficou silente em analisar os pontos e pedidos traduzidos na peça de embargos" (fl. 43).

É bem verdade que a sentença foi sucinta, mas não há como negar que ela efetivamente decidiu a controvérsia posta a julgamento, não acolhendo os argumentos da Apelante e declarando a eficácia da fiança fustigada, com a consequente vigidez do título executivo.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Assim sendo, o que houve foi posicionamento contrário às pretensões da Apelante - sobre cujo acerto ou equívoco me manifestarei apenas quando do voto de mérito -, jamais ausência de decisão.

Destarte, ~~REJEITO~~ a preliminar suscitada.

NÃO CONTA

É como voto.

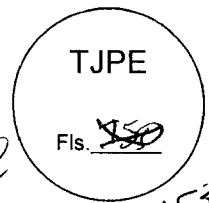
Recife, 25.11.09

Cândido J F Saraiva de Moraes

Revisor



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



**PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA PELA AUSÊNCIA DE
DILAÇÃO PROBATÓRIA**

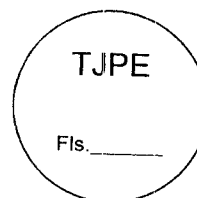
Figurando o magistrado como destinatário da prova, incumbe-lhe realizar o juízo de admissibilidade acerca das diligências requeridas pelas partes, podendo/devendo, então, indeferir as provas impertinentes ou inúteis e proferir decisão uma vez seguro do seu convencimento.

Destarte, o julgamento antecipado da lide sem a realização das provas requeridas, desde que dos autos já constem elementos suficientes à formação do entendimento do juiz - ainda que eventualmente seu raciocínio não se coadune com a realidade dos autos -, não configura cerceamento de defesa, sendo este o entendimento consolidado na jurisprudência do C. STJ, conforme atesta o seguinte julgado, com grifos nossos:

.....
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DESNECESSIDADE DE DESPACHO SANEADOR E DE PRODUÇÃO DE PROVA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. ACERVO DOCUMENTAL SUFICIENTE. NÃO-OCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PRECEDENTES. 1. Agravo regimental contra decisão que negou seguimento a recurso especial. 2. O acórdão a quo, afastando a preliminar de nulidade da sentença por ausência de audiência e de despacho saneador, julgou procedente ação de indenização por danos morais, em face de que, durante aula de ciências na Escola Estadual Vitória Mota Cruz, com a utilização de uma única agulha em diversos alunos, o recorrido fora submetido a exame de tipagem sanguínea, resultando na



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

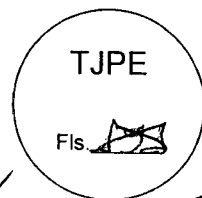


constatação da presença de vírus das Hepatites "B" e "C" entre três dos alunos que serviram de "cobaias" no referido exame. 3. Quanto à necessidade, ou não, da realização de despacho saneador, o juiz tem o poder-dever de julgar a lide antecipadamente, desprezando a realização de audiência para a produção de provas ao constatar que o acervo documental é suficiente para nortear e instruir seu entendimento. É do seu livre convencimento o deferimento de pedido para a produção de quaisquer provas que entender pertinentes ao julgamento da lide. 4. Nos termos da reiterada jurisprudência do STJ, "a tutela jurisdicional deve ser prestada de modo a conter todos os elementos que possibilitem a compreensão da controvérsia, bem como as razões determinantes de decisão, como limites ao livre convencimento do juiz, que deve formá-lo com base em qualquer dos meios de prova admitidos em direito material, hipótese em que não há que se falar cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide" e que "o magistrado tem o poder-dever de julgar antecipadamente a lide, desprezando a realização de audiência para a produção de prova testemunhal, ao constatar que o acervo documental acostado aos autos possui suficiente força probante para nortear e instruir seu entendimento" (REsp nº 102303/PE, Rel. Min. Vicente Leal, DJ de 17/05/99) 5. Precedentes no mesmo sentido: MS nº 7834/DF, Rel. Min. Félix Fischer; REsp nº 330209/SP, Rel. Min. Ari Pargendler; REsp nº 66632/SP, Rel. Min. Vicente Leal, AgReg no AG nº 111249/GO, Rel. Min. Sálvio De Figueiredo Teixeira; REsp nº 39361/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca; EDcl nos EDcl no REsp nº 4329/SP, Rel. Min. Milton Lúiz Pereira. Inexistência de cerceamento de defesa diante da ausência de despacho saneador. 6. Agravo regimental não-provido. (AgRg no REsp 810.124/RR, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20.06.2006, DJ 03.08.2006 p. 219)

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Com muito mais razão tal entendimento deve ser aplicado no caso em comento, onde a matéria posta a julgamento é puramente de direito, não havendo sentido na dilação probatória.

Ante o exposto, **REJEITO A PRELIMINAR** ventilada.

É como voto.

Recife,

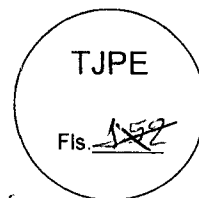
25.11.99

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



186 / 155 / 3

MÉRITO

O cerne da controvérsia consiste em saber se a fiança prestada pela Apelante em determinado contrato de locação é válida, mesmo tendo sido assinada por sócia sem poderes para tanto.

Neste eito, entendo assistir razão à Apelante, tendo a juíza sentenciante se equivocado na fundamentação do *decisum*. Explico.

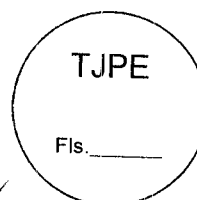
A hipótese dos autos não se confunde com aquela em que o sócio-gerente presta uma garantia em nome da empresa para depois, ele próprio ou outro sócio, tentar invalidá-la, ao argumento de que o contrato social considera nulo e inoperante em relação à sociedade qualquer ato dos sócios que a envolvam em obrigações estranhas ao seu objeto.

Em casos desse jaez, as restrições contratuais sobre poderes de gerência realmente não podem ser opostas a terceiros de boa-fé, devendo a questão ser resolvida em perdas e danos, por meio de ação regressiva da sociedade e dos sócios lesados contra o lesante que houver abusado do poder de gerência.

Ocorre que, *in casu*, em momento algum o sócio-gerente assinou a fiança fustigada, que foi firmada por sócia minoritária e sem qualquer poder de administração - cláusulas quinta e sétima do contrato social (fls. 10/11).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Ora, como conceber que uma sociedade deva responder por todo e qualquer ato praticado em seu nome, mesmo que o tenha sido por quem por ela não responde de modo algum?

Para ilustrar quão esdrúxula é a possibilidade, imaginemos situação em que o detentor de apenas 1% das cotas de determinada sociedade, movido por algum sentimento torpe - a exemplo de uma vingança contra o sócio majoritário e administrador -, começasse a prestar, em nome da empresa, garantia em inúmeros contratos.

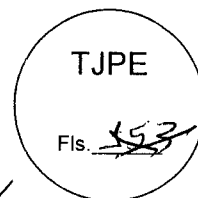
Pergunta-se: que justiça haveria em se permitir o dilaceramento do patrimônio da empresa no pagamento das referidas garantias para só então se oportunizar ao sócio-gerente a busca de seu crédito, obrigando-o ao manejo de ação regressiva? Nenhuma, seria a resposta.

Só resta concluir que, no caso dos autos, houve mesmo foi descuido da Apelada ao aceitar pessoa jurídica como fiadora sem sequer verificar se quem assinava a garantia tinha poderes para tanto.

Inescusável a desatenção da Apelada em não exigir - ou não verificar atentamente - a documentação das pessoas com quem contrata, mormente porque ela é uma empresa do ramo imobiliário e o que se discute nos autos é fiança prestada em uma avença de locação.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



188/

Por todo o exposto, **DOU PROVIMENTO AO APELO** para **156B**
declarar insubsistente a fiança atacada e, conseqüentemente,
tornar o título executivo ineficaz em relação à Apelante,
invertendo-se o ônus da sucumbência.

É como voto.

Recife,

15.11.09

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

154
157/5

189

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Quanto às preliminares, acompanho o voto da Turma.

No mérito, peço vênua ao Desembargador Adalberto Melo para acompanhar o voto de Vossa Excelência, acrescentando que, tendo ele apresentado o nome da empresa, fica claro que ele teria todos os campos abertos.

Acompanho o Desembargador Cândido Saraiva para dar provimento ao apelo, nos termos do voto de Vossa Excelência.

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS NÃO FOI CONHECIDA A PRELIMINAR SUSCITADA, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA. POR UNANIMIDADE DE VOTOS FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA POR AUSÊNCIA DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. MÉRITO: POR MAIORIA DE VOTOS FOI DADO PROVIMENTO AO APELO DE ACORDO COM O VOTO DO REVISOR, QUE FICA DESIGNADO PARA LAVRAR O ACÓRDÃO."

marcio